

O cinema nacional enfrenta concorrência desleal em relação às produções norte-americanas, e o RS, além disso, sofre exclusão do mercado interno em detrimento das produções de RJ e SP. Este trabalho se propõe a analisar as modificações das relações entre Estado e cinema em âmbito nacional e seu desdobramento regional, verificando as políticas públicas desenvolvidas para a captação de recursos para o audiovisual gaúcho, identificando, assim, os avanços já promovidos e as limitações ainda enfrentadas com relação à contenção dessas assimetrias. Em um primeiro momento, através da Empresa Brasileira de Filmes S/A, criada em 1968, o governo intervinha diretamente na cinematografia nacional, decidindo de que forma seriam aplicados os investimentos e acompanhando todas as etapas da cadeia produtiva. Todavia, com a extinção pelo Governo Collor dela e de outros órgãos ligados à cultura, o Estado inicia seu afastamento como gerenciador do audiovisual. A adoção da Lei Rouanet (nº 8.313/91) e da Lei do Audiovisual (nº 8.401/93), estabelece um sistema de renúncia fiscal, que torna o financiamento da atividade de responsabilidade da iniciativa privada. No RS, esse sistema é representado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (nº 10.846/96), que gerou outros mecanismos de mesma natureza. Ocorre a Retomada do Cinema Nacional, com aumento exponencial na produção de filmes nacionais (e gaúchos), o que não se reflete na distribuição e na exibição dos mesmos, tornando o produto audiovisual majoritariamente vitrine para exposição de marcas. No Estado, outras consequências percebidas são o déficit entre recursos solicitados e captados e sua destinação fundamentalmente para a região metropolitana, em detrimento de produtores independentes do interior do Estado. A partir do Governo Lula, especialmente pela gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil, a cultura é tratada acima de tudo como direito de cidadania. A consolidação da seleção de projetos através de editais públicos, a reformulação de alguns meios de financiamento e a criação da Secretaria do Audiovisual, buscam tornar o cinema mais acessível e múltiplo. O atual Governo Tarso demonstra interesse em agir de acordo com essa idéia, tratando a cultura de modo sistêmico, tentando diversificar as fontes de financiamento. Desse modo, a presente pesquisa tem uma abordagem essencialmente qualitativa, feita através de análise de dados secundários, por meio de leitura e pesquisa de fontes e mídias, essas diversificadas em razão do uso da técnica da “bola de neve”, no que tange à captação de dados primários. Além disso, pessoalmente foram acompanhadas duas entrevistas com indivíduos relevantes no campo do cinema gaúcho, que salientaram o papel do governo nesse contexto, além de políticas públicas relevantes para o seu trabalho. Os resultados obtidos até então são parciais, visto que a pesquisa ainda se encontra em andamento. O que já se percebe, para além do exposto, é que das políticas públicas gaúchas instituídas, a maioria é ainda em prol exclusivamente da produção, prorrogando o ciclo deficiente, o que gera a necessidade de uma ação mais abrangente do Estado, permitindo que essa indústria cresça de modo conjunto e torne seus produtos realmente competitivos.